



FUNDADA EM 1882

RELATÓRIO E CONTAS 2023



ASSEMBLEIA-GERAL

Carlos Manuel Ribeiro Soares Braga
Presidente

António Rui Pacheco de Barros
Vice-Presidente

Rodrigo do Vale Moreno Bastos Cardoso
Secretário

Joana Inês Neves Fraga
Suplente

João Daniel da Cruz Gentil
Suplente

MESA ADMINISTRATIVA

Álvaro José da Costa Fraga Pereira
Provedor

Manuel Alves
Vice-Provedor

José António Vieira Bastos Cardoso
Tesoureiro

Sofia Neves de Queiroz Neves
Secretária

Felipe Joaquim Neves de Barros
Vogal

Maria de Lurdes de Sousa Neves
Suplente

Marta Sofia Neves Fraga
Suplente

DEFINITÓRIO

Aniceto Vieira Martins
Presidente

Eduardo Manuel da Cunha Pinto
Vice-Presidente

Constança Mariana Delgado Baldaia
Vogal

Francisco Mesquita Guimarães Cardoso e Moura
Suplente

Cátia Sofia Rocha Teixeira
Suplente



ASSEMBLEIA-GERAL

Carlos Manuel Ribeiro Soares Braga
Presidente

António Rui Pacheco de Barros
Vice-Presidente

Rodrigo do Vale Moreno Bastos Cardoso
Secretário

Joana Inês Neves Fraga
Suplente

João Daniel da Cruz Gentil
Suplente

MESA ADMINISTRATIVA

Álvaro José da Costa Fraga Pereira
Provedor

Maria de Lurdes de Sousa Neves
Vice-Provedora

Manuel Alves
Tesoureiro

Sofia Neves de Queiroz Neves
Secretária

Felipe Joaquim Neves de Barros
Vogal

Marta Sofia Neves Fraga
Suplente

DEFINITÓRIO

Aniceto Vieira Martins
Presidente

Eduardo Manuel da Cunha Pinto
Vice-Presidente

Constança Mariana Delgado Baldaia
Vogal

Francisco Mesquita Guimarães Cardoso e Moura
Suplente

Cátia Sofia Rocha Teixeira
Suplente

INTRODUÇÃO



Caros Associados presentes à Assembleia-Geral Ordinária de 15 de Março 2023:

Dando cumprimento legal ao preceituado na alínea b) do nº2 do artigo 17º dos Estatutos da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, a Mesa Administrativa submete à Assembleia-Geral a Apreciação e Votação do Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro 2023, bem como fazer acompanhar a este Relatório e Contas o devido Parecer do Definitório.



ÉTICA E MORAL

Os princípios éticos são regras que orientam o comportamento humano a fim de garantir o bem-estar e a justiça social no respeito pela autonomia, é um princípio que defende a liberdade individual e a capacidade de escolha de cada pessoa.

A não maleficência refere-se à obrigação de não causar danos a outras pessoas; a beneficência é o princípio da obrigação de fazer o bem aos outros; a justiça preconiza que todas as pessoas devem ser tratadas com equidade e imparcialidade, independentemente da sua raça, etnia, classe social, orientação sexual ou qualquer outra característica; a confidencialidade defende a privacidade e o sigilo das informações a nós confiadas.

Estes princípios que orientam a ética em diversas áreas, desde a saúde até a administração pública, devem ser seguidos por todos aqueles que querem viver numa sociedade justa e equilibrada.

A ética acompanha-nos e é através dela que aprendemos a distinguir o certo do errado.

Existem cinco princípios básicos da ética que devem ser seguidos para se viver em harmonia com a sociedade e consigo mesmo.

O primeiro princípio é o respeito, pois a ética exige que tratemos os outros como gostaríamos de ser tratados;

O segundo princípio é a responsabilidade, que nos diz que somos responsáveis pelas nossas próprias ações;

O terceiro princípio é a justiça, que exige que tratemos todos os seres humanos com igualdade e equidade;

O quarto princípio é a honestidade, pois a ética exige que sejamos sinceros e transparentes nas nossas ações;

O quinto princípio é a solidariedade, que exige que ajudemos os outros quando eles precisarem.

Seguindo estes princípios básicos da ética, podemos criar um mundo mais justo, honesto e igualitário.

Os princípios éticos estão associados a valores morais, fundamentais para a criação de um ambiente justo e respeitoso, garantindo a harmonia nas relações interpessoais e profissionais, cujas características de universalidade, imparcialidade, autonomia e integridade, devem ser aplicados de forma igualitária a todas as pessoas, não permitindo que a discriminação ou o preconceito dirijam as ações.

MENSAGEM

A adoção destes princípios é importante para a formação de uma sociedade mais justa e democrática, por isso, é fundamental que cada indivíduo reflita sobre os seus valores e escolhas, buscando sempre agir de forma responsável e respeitosa em relação aos outros.

Por outro lado, os princípios e valores morais, são fundamentos éticos que determinam o comportamento humano nas mais diversas situações da vida, conceitos esses tão importantes que, muitas vezes, ajudam a construir a identidade cultural de um povo, são padrões universais que norteiam as decisões das pessoas nas mais diversas situações.

Estas normas éticas têm como base a justiça, a dignidade, a liberdade, a honestidade, a solidariedade, a responsabilidade, o respeito, a tolerância e amor, são linhas condutoras para o comportamento humano, responsáveis por orientar a conduta de cada indivíduo de forma a agir de acordo com as normas sociais aceites.

Os princípios e valores morais devem ser praticados no quotidiano, a fim de que sejam interiorizados de forma natural pelo indivíduo, como uma ação automática, ajudando na construção de um mundo mais justo e equilibrado.

Estes princípios de ética e moral vêm a propósito da recordação do nosso José António Vieira Bastos Cardoso.

Sempre que nele penso, estes princípios à memória me assolam.

Porém, há um sentimento que tenho o dever de plasmar: o da AMIZADE.

Com efeito, é com enorme eloquência que devo reconhecer que perdi um Bom AMIGO.

O Provedor.



Nos termos estatutários, vem a Mesa Administrativa apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2023, expondo a análise da situação económica e financeira durante esse período até 31 de dezembro de 2023, evidenciando todos as circunstâncias que corroboram essa análise da situação.

Os resultados económicos obtidos pela Associação em 2023, demonstram uma situação de cumprimento das metas propostas no Orçamento 2023, ao nível da taxa de ocupação da residência de estudantes e alojamentos, mas também espelham uma situação negativa do início de uma crise, com as guerras da Ucrânia e da Palestina-Israel com a instalação da taxa de inflação, vivida após o contexto pandémico de 2021, sem descurar que o elevado valor de rendas em dívida do contrato de arrendamento com a CAGH pesaram consideravelmente no nosso equilíbrio financeiro, concluído o processo de insolvência intentado contra esta empresa, cujo Tribunal deu por encerrado, declarando “insuficiência da massa insolvente” e qualificando a insolvência “como fortuita”...

Deve-se referir, que o exercício 2023 em termos económicos e financeiros é influenciado por estes fatores, apresentando um Resultado Líquido negativo de 85.365,65 €, tendo a atividade operacional obtido um Cash Flow negativo de 12.315,14 € e uma diminuição de disponibilidades no período de 14.788.54€.

	2023	2022	2021
Resultado antes Depreciações, Financeiros e Impostos	-12 315,14	-26 067,33	-56 259,18
Resultado Líquido Exercício	-85 365,65	-99 939,65	-131 187,06

A estrutura patrimonial da Associação mantém-se incólume, o património imobiliário tem um valor bruto contabilístico de 5 371 778.95€, avaliado ao custo histórico, as depreciações acumuladas ascendem a 3 394 143.05€.

ANÁLISE ÀS CONTAS | SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

	2023	2022	2021
Ativo não Correntes			
Ativos fixos Tangíveis	1 977 635,90	2 048 087,95	2 121 744,22
Ativos Intangíveis	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Ativos Correntes	11 958,81	9 135,07	9 644,45
Caixa e depósitos bancários	44 467,22	59 255,76	81 040,20

Ao nível dos rendimentos, os provenientes dos Alojamentos e Residência de estudantes, no montante de 164.411.90€, foram o que de positivo se obteve no exercício económico de 2023 da Associação, ficaram praticamente com 100% de execução financeira e com uma taxa de ocupação a rondar os 100%, muito acima do realizado em anos anteriores, prevendo-se boas perspetivas para 2024 tendo em conta as reservas de quartos existentes.

RENDIMENTOS	2023	2022	2021
Alojamentos Locais e Residência de Estudantes	164 411,90	153 344,67	104 358,73
Consultório Psicologia Clínica	510,00		
Quotas Associados	48,00	156,00	288,00
Subsídios	25,00	30,00	25,00
Rendas em propriedades		300 000,00	300 000,00
Aumento justo valor	2 599,16	28,22	205,56
Benefícios de penalidades contratuais			
Outros Rendimentos	0,58	788,60	50,11
Juros e dividendos			131,00
Juros e Rend. Similares Obtidos	131,53	41,28	40,82
	167 726,17	454 388,77	405 099,22

A Associação em 2023 manteve a estratégia interna de contenção de gastos correntes, conseguindo manter o mesmo nível de despesa nos Fornecimentos e Serviços Externos, apesar da pressão imposta pela inflação, sempre com a qualidade na manutenção dos edifícios e serviços prestados aos utilizadores, nos Gastos verificou-se uma pequeníssima diferença nos gastos de pessoal, derivado de algumas baixas médicas.

GASTOS	2023	2022	2021
Fornecimentos Serviços Externos	67 234,41	70 684,97	69 052,23
Pessoal	111 744,79	108 686,92	91 283,39
Perdas por Imparidade	0,00	300 000,00	300 000,00
Redução Justo Valor			
Outros Gastos	930,58	1 042,93	981,96
Gastos Depreciação e Amortização	73 182,04	73 913,60	74 968,70
	253 091,82	554 328,42	536 286,28

e seguida são apresentados:

- Análise à conta de Resultados 2023, tendo por comparação a previsão apresentada no Programa de Ação e Orçamento para 2023.
- Análise aos Resultados 2023 por Centro de Custo Analíticos

ANÁLISE ÀS CONTAS | SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL DE CRIANÇAS MARIA PIA RELATÓRIO E CONTAS 2023

	Demonstração dos Resultados por Naturezas			
	Execução 2022	Orçamento 2023	Execução 2023	Desvio
Prestações de Serviços	153 500,67	169 971,70	164 969,90	-5 486,80
Quotas dos Associados	156,00	500,00	48,00	-452,00
Alojamentos Locais e Residência Estudantes	153 344,67	169 471,70	164 411,90	-5 059,80
Consultório Médico Social (CMS)				
Consultório de Psicologia Clínica (CPC)			510,00	
Serviços secundários				
Subsídios, doações e legados à exploração	30,00		25,00	25,00
Fornecimentos e Serviços Externos :	70 684,97	69 704,79	67 234,41	-2 470,38
Subcontratos				
Serviços especializados	18 702,83	18 156,82	16 549,15	-1 607,67
Trabalhos especializados	14 710,55	15 000,00	13 750,89	-1 249,11
Honorários				0,00
Conservação e reparação	2 698,04	2 000,00	2 255,93	255,93
Serviços bancários	637,42	500,00	542,33	42,33
Outros	656,82	656,82		-656,82
Materiais	1 115,68	1 300,00	3 241,03	1 941,03
Ferramentas		100,00		-100,00
Livros e documentação técnica				0,00
Material de escritório	877,44	700,00	1 175,22	475,22
Outros materiais	238,24	500,00	2 065,81	1 565,81
Energia e Fluidos	24 286,70	26 664,62	21 914,68	-4 749,94
Eletricidade	10 251,86	11 789,62	8 324,92	-3 464,70
Água	8 246,03	8 550,00	9 803,48	1 253,48
Gás	5 788,81	6 325,00	3 786,28	-2 538,72
Deslocações e estadas	194,60	200,00	10,90	-189,10
Serviços diversos	26 385,16	23 383,35	25 518,65	2 135,30
Rendas e alugueres	1 594,87	1 586,58	1 680,59	94,01
Comunicação	4 896,61	4 950,00	4 855,68	-94,32
Seguros	3 106,00	2 696,77	3 163,11	466,34
Contencioso e notariado	459,00	500,00	2 573,82	2 073,82
Despesas de representação	8 285,05	5 000,00	6 108,70	1 108,70
Limpeza, Higiene e conforto	3 728,63	4 350,00	2 756,75	-1 593,25
Outros serviços	4 315,00	4 300,00	4 380,00	80,00
Gastos Pessoal	108 686,92	113 278,71	111 744,79	-1 533,92
Remunerações	83 787,84	87 491,86	86 252,06	-1 239,80
Vencimentos anuais	66 584,62	69 599,89	67 415,38	-2 184,51
Subsidio férias / natal	11 251,54	11 599,98	13 560,00	1 960,02
Subsidio alimentação	5 151,68	6 291,99	5 276,68	-1 015,31
Prémios e Subsídios				
Var. estimativa férias				
Trabalho Suplementar	800,00			
Benefícios pós-emprego	6 623,68	6 623,68	6 623,68	0,00
Encargos sobre remunerações	17 582,93	18 107,57	18 071,07	-36,50
Seguro acidentes no trabalho	692,47	1 055,60	797,98	-257,62
Outros gastos				
Perdas por Imparidade	300 000,00			
Aumento Justo Valor	28,22		2 599,16	2 599,16
Outros Rendimentos	300 676,18	1 000,00	0,08	-999,92
Rendimentos suplementares				
Rendas em propriedades	300 000,00			
Benefícios de penalidades contratuais	183,33			
Correções rel. Exerc. Anteriores	492,85			
Outros		1 000,00	0,08	-999,92
Juros , dividendos	112,42	500,00	0,50	-499,50
Outros Gastos	1 042,93	1 000,00	930,58	-69,42
Resultado A. Dep. G. Financ. e Imp.	-26 067,33	-12 511,80	-12 315,14	196,66
Gastos /reversões de depreç e amortização	73 913,60	73 135,48	73 182,04	46,56
Resultado Operacional	-99 980,93	-85 647,28	-85 497,18	150,10
Juros e rendimentos similares obtidos	41,28	50,00	131,53	81,53
Resultado antes de Impostos	-99 939,65	-85 597,28	-85 365,65	231,63
Resultado Líquido do período	-99 939,65	-85 597,28	-85 365,65	231,63

ANÁLISE ÀS CONTAS | SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL DE CRIANÇAS MARIA PIA
RELATÓRIO E CONTAS 2023

ANALÍTICA 2023

	TOTAL	Associação	Casa Ramiro leão	Casa Albino Batista	Casa Sílvio Cervan	CMS / CPC
72 Prestações de Serviços	164 969,90	48,00	46 642,34	42 365,50	75 404,06	510,00
Quotas dos Associados	48,00	48,00				
Alojamentos Locais e Residência Estudantes	164 411,90		46 642,34	42 365,50	75 404,06	
Consultório Médico Social (CMS)						510,00
Consultório de Psicologia Clínica (CPC)	510,00					
Subsídios, doações e legados à exploração	25,00	25,00				
62 Fornecimentos e Serviços Externos :	68 032,39	35 667,68	7 468,45	10 433,43	13 577,06	885,76
Subcontratos	0,00					
Serviços especializados	17 418,91	14 663,57	448,25	409,07	1 028,26	869,76
Trabalhos especializados	13 750,89	13 750,89				
Honorários						
Conservação e reparação	2 255,93	370,35	448,25	409,07	1 028,26	
Serviços bancários	542,33	542,33				
Outros	869,76					869,76
Materiais	2 371,27	1 214,26	348,69	297,71	510,61	0,00
Ferramentas	0,00					
Livros e documentação técnica	0,00					
Material de escritório	1 175,22	1 175,22				
Outros materiais	1 196,05	39,04	348,69	297,71	510,61	
Energia e Fluidos	21 914,68	1 576,05	4 247,77	7 496,84	8 594,02	0,00
Eletricidade	8 324,92	778,33	1 499,02	2 451,14	3 596,43	
Água	9 803,48	469,96	2 748,75	2 555,82	4 028,95	
Gás	3 786,28	327,76		2 489,88	968,64	
Deslocações e estadas	10,90	10,90				
Serviços diversos	26 316,63	18 202,90	2 423,74	2 229,81	3 444,17	16,00
Rendas e alugueres	1 680,59	1 680,59				
Comunicação	4 855,68	2 569,56	373,73	545,99	1 366,40	
Seguros	3 961,09	153,06	1 425,06	1 081,07	1 301,89	
Contencioso e notariado	2 573,82	2 573,82				
Despesas de representação	6 108,70	6 108,70				
Limpeza, Higiene e conforto	2 756,75	737,17	624,95	602,75	775,88	16,00
Outros serviços	4 380,00	4 380,00				
63 Gastos Pessoal	110 946,81	58 900,00	15 291,63	15 291,69	21 463,49	
65 Perdas por Imparidade	0,00					
78 Outros Rendimentos	0,58	0,58	0,00	0,00	0,00	0,00
787 Rendas em propriedades	0,00					
Benefícios de penalidades contratuais	0,00					
Correções rel. Exerc. Anteriores	0,00					
Outros	0,08	0,08				
Juros , dividendos	0,50	0,50				
Aumento de Justo Valor	2 599,16	2 599,16				
68 Outros Gastos	930,58	430,58	0,00	0,00	0,00	500,00
Taxas	500,00					500,00
Outros Gastos	430,58	430,58				
Resultado A. Dep. G. Financ. e Imp.	-12 315,14	-92 325,52	23 882,26	16 640,38	40 363,51	-875,76
Gastos /reversões de depreç e amortização	73 182,04	27 362,04	8 582,23	5 611,28	31 488,98	137,51
Resultado Operacional	-85 497,18	-119 687,56	15 300,03	11 029,10	8 874,53	-1 013,27
Juros e rendimentos similares obtidos	131,53	131,53				
Resultado antes de Impostos	-85 365,65	-119 556,03	15 300,03	11 029,10	8 874,53	-1 013,27
Resultado Líquido do período	-85 365,65	-119 556,03	15 300,03	11 029,10	8 874,53	-1 013,27

BALANÇO



BALANÇO EM 31.12.2023

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 977 635,90	2 048 087,95
Ativos intangíveis	5	10 000,00	10 000,00
Outros créditos e ativos não correntes	9.1	2 266,24	2 107,81
Total ativo não corrente		1 989 902,14	2 060 195,76
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber	9.2		30,00
Estado e outros entes públicos	9.6	231,53	140,00
Diferimentos			
Outros ativos correntes	9.2	1 529,01	1 524,39
Outras aplicações financeiras	9.9	7 932,03	5 332,87
Caixa e depósitos bancários	9.5	44 467,22	59 255,76
Total ativo corrente		54 159,79	66 283,02
Total ATIVO		2 044 061,93	2 126 478,78
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		2 207 167,92	2 207 167,92
Reservas		6 832,66	6 832,66
Resultados transitados		(121 462,90)	(34 803,43)
		2 092 537,68	2 179 197,15
Resultado líquido do período		(85 365,65)	(99 939,65)
Total dos fundos patrimoniais		2 007 172,03	2 079 257,50
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	9.2	3 707,83	4 002,32
Estado e outros entes públicos	9.6	3 660,09	3 732,16
Diferimentos	9.4		12 500,00
Outros passivos correntes	9.2	29 521,98	26 986,80
Total passivo corrente		36 889,90	47 221,28
Total do Passivo		36 889,90	47 221,28
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		2 044 061,93	2 126 478,78

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2023

	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	6	164 969,90	153 500,67
Subsídios, doações e legados à exploração	6	25,00	30,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	9.7	-67 234,41	-70 684,97
Gastos com pessoal	7	-111 744,79	-108 686,92
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.3		-300 000,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor	9.9	2 599,16	28,22
Outros rendimentos	6	0,58	300 676,18
Outros gastos	9.8	-930,58	-1 042,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-12 315,14	-26 179,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-73 182,04	-73 913,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-85 497,18	-100 093,35
Juros e rendimentos similares obtidos	6	131,53	153,70
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-85 365,65	-99 939,65
Imposto sobre rendimento do período			
Resultado líquido do período		-85 365,65	-99 939,65

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31.12.2023

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		175 966,52	165 492,48
Pagamentos a fornecedores		-71 506,75	-78 899,69
Pagamentos ao pessoal		-112 149,67	-106 333,67
Caixa gerada pelas operações		-7 689,90	-19 740,88
Outros recebimentos/pagamentos		-4 329,98	-2 443,12
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-12 019,88	-22 184,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 808,19	-316,52
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			562,38
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		39,53	153,70
Juros e rendimentos similares		92,50	
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2 768,66	399,56
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		-14 788,54	-21 784,44
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.5	59 255,76	81 040,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.5	44 467,22	59 255,76

Deixam-se as Contas para apreciação e votação da Assembleia-Geral.

Na conclusão deste Relatório e Contas 2023, pretendemos deixar uma mensagem de agradecimento aos Membros da Mesa Assembleia-Geral e Definitório, pela sua competência e colaboração e a todos os colaboradores pelo empenho, dedicação e colaboração.

Porto e AHCMP, 29 de Fevereiro 2024

A Mesa Administrativa,

Provedor	Álvaro Fraga
Vice-Provedora	Maria Neves
Tesoureiro	Manuel Alves
Secretária	Sofia Queiroz Neves
Vogal	Felipe Barros



FUNDADA EM 1882

RELATÓRIO E CONTAS 2023

ANEXO

Contas elaboradas pelo Contabilista Certificado
Paulo Filipe Matias Gomes Morais

Inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados
sob o n° 92739

1 Identificação da Entidade

A Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, fundada em 1882 e com sede na Rua da Boavista, 863, na cidade do Porto, é dotada do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, tem por objeto dar expressão ao dever moral de justiça e solidariedade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pela normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que faz parte integrante do Sistema de Normalização contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística “SNC”, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações que a Instituição se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 15 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

Não foram derogadas disposições do SNC.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do setor não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “devedores e credores por acréscimos” e “diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos Tangíveis	Vida Útil	Taxa de Amortização
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios	50	2,00%
Outras construções	20	5,00%
Equipamento básico	8	33,33%
Equipamento administrativo	3	33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	5	20,00%

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na demonstração dos resultados nas rubricas “outros rendimentos” ou “outros gastos”.

3.2.2 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os inventários que a entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “instrumentos financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e utentes e outras contas a receber

Os clientes e utentes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os ativos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “fornecedores” e “outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “fundos patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do código do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC):

- a) as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) as pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos, ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativo fixo tangível	31.12.2023	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	31.12.2022
Terrenos e recursos naturais	558 653,64				558 653,64
Edifícios e outras construções	4 376 507,60				4 376 507,60
Equipamento básico	274 933,57	2 500,00			272 433,57
Equipamento de transporte					
Equipamento administrativo	161 684,14	229,99			161 454,15
Outros ativos tangíveis					
Investimentos em curso					
Ativo bruto	5 371 778,95	2 729,99			5 369 048,96
Depreciações acumuladas	3 394 143,05	-73 182,04			3 320 961,01
Quantia escriturada	1 977 635,90	-70 452,05			2 048 087,95

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em regime de duodécimos.

5 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

Ativo intangível	31.12.2023	Adições	31.12.2022
Direitos de Autor: livro «HOSPITAL DE CRIANÇAS MARIA PIA (1882-2014). HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO QUE FUNDOU, CONSTRUIU E DIRIGIU O PRIMEIRO HOSPITAL PEDIÁTRICO DO PAÍS	10.000,00		10.000,00
Ativo intangível bruto	10.000,00		10.000,00
Amortizações acumuladas			
Quantia escriturada	10.000,00		10.000,00

6 Rédito e outros rendimentos

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante os períodos, apresentam-se no quadro seguinte:

	2023	2022
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Quotas dos Associados	48,00	156,00
Residência Universitária e Alojamentos Locais	164 411,90	153 344,67
Consultório de Psicologia Clínica	510,00	
	164 969,90	153 500,67
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO		
Donativos	25,00	30,00
	25,00	30,00
OUTROS RENDIMENTOS		
Rendas de Imóveis		300 000,00
Benefícios de penalidades contratuais		183,33
Correções relativas a exercícios anteriores		492,85
Outros rendimentos operacionais	0,08	
	0,08	300 676,18
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		
Juros e rendimentos similares obtidos	0,50	112,42
Dividendos	92,50	
Outros rendimentos similares de juros e rendimento similares	39,03	41,28
	132,03	153,70
TOTAL	165 127,01	454 892,63

7 Gastos com o pessoal

Os órgãos diretivos não usufruem remuneração;

Os gastos com o pessoal incorridos nos períodos foram os seguintes:

	2023	2022
Pessoal:		
Remunerações do pessoal	86 252,06	83 787,84
Benefícios pós-emprego	6 623,68	6 623,68
Encargos sobre remunerações do pessoal	18 071,07	17 582,93
Seguro de acidentes trabalho	797,98	692,47
TOTAL	111 744,79	108 686,92

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Outros créditos e ativos não correntes

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	2 266,24	2 107,81

Na rubrica outros créditos e ativos não correntes são reconhecidas as entregas efetuadas pela Instituição ao fundo de compensação do trabalho (FCT), nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

9.2 Créditos a receber, fornecedores e outros ativos e passivos correntes

	2023			2022		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Cientes e utentes, c/c			0,00	785 030,00	785 000,00	30,00
Outros créditos a receber	1 524,39		1 524,39	1 524,39		1 524,39
Total do Ativo	1 524,39	0,00	1 524,39	786 554,39	785 000,00	1 554,39
Fornecedores, c/c	3 707,83		3 707,83	4 002,32		4 002,32
Cauções residências	13 228,00		13 228,00	12 800,00		12 800,00
Outros passivos correntes	16 293,98		16 293,98	14 186,80		14 186,80
Total do Passivo	33 229,81	0,00	33 229,81	30 989,12	0,00	30 989,12
Total líquido	-31 705,42	0,00	-31 705,42	755 565,27	785 000,00	-29 434,73

9.3 Reconhecimento das perdas por imparidade dos créditos a receber no período

	Perdas por imparidade			
	Saldo inicial	Reforço	Abate	Saldo final
Cientes				
Cientes c/c	785 000,00	0,00	(785 000,00)	0,00
	785 000,00	-		-
Total	785 000,00	0,00		0,00

9.4 Diferimentos

Diferimentos	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVOS		
Rendimentos a reconhecer		
Renda de imóvel		12 500,00
	0,00	12 500,00

9.5 Caixa e Depósitos Bancários

No final do período, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	1 032,38	1 099,74
Depósitos à ordem	42 434,84	57 156,02
Outros depósitos bancários	1 000,00	1 000,00
Total	44 467,22	59 255,76

9.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o valor acrescentado	49,53	-
Tributos das autarquias locais	182,00	140,00
Total do ativo	231,53	140,00
Retenção de impostos sobre o rendimento	376,00	562,00
Imposto sobre o valor acrescentado	1 492,52	1 310,53
Contribuições para a Segurança Social	1 791,57	1 851,50
Fundo de compensação do Trabalho	-	8,13
Total do passivo	3 660,09	3 732,16
Total líquido	-3 428,56	-3 592,16

9.7 Fornecimentos e serviços externos

Os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos nos períodos foram os seguintes:

	2023	2022
Subcontratos		
Serviços especializados	16 549,15	18 702,83
Trabalhos Especializados	13 750,89	14 710,55
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e Segurança	-	-
Honorários	-	-
Conservação e Reparação	2 255,93	2 698,04
Serviços Bancários	542,33	637,42
Outros Serviços Especializados	-	656,82
Materiais	3 241,03	1 115,68
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-	-
Livros e documentação técnica	-	-
Material de Escritório	1 175,22	877,44
Artigos para oferta	-	-
Outros	2 065,81	238,24
Energia e fluidos	21 914,68	24 286,70
Eletricidade	8 324,92	10 251,86
Combustíveis	-	-
Água	9 803,48	8 246,03
Gás	3 786,28	5 788,81
Outros	-	-
Deslocações, estadas e transportes	10,90	194,60
Deslocações e estadas	10,90	194,60
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de Mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços Diversos	25 518,65	26 385,16
Rendas e Alugueres	1 680,59	1 594,87
Comunicação	4 855,68	4 896,61
Seguros	3 163,11	3 106,00
Contencioso e Notariado	2 573,82	459,00
Despesas de Representação	6 108,70	8 285,05
Limpeza, Higiene e Conforto	2 756,75	3 728,63
Outros Serviços	4 380,00	4 315,00
TOTAL	67 234,41	70 684,97

9.8 Outros gastos

Os outros gastos incorridos nos períodos foram os seguintes:

	2023	2022
Impostos	500,00	500,00
Correções relativas a períodos anteriores	-	334,63
Quotizações	358,00	198,00
Outros	72,58	10,30
TOTAL	930,58	1 042,93

9.9 Outras aplicações financeiras

A rubrica de “Outras aplicações financeiras” refere-se, essencialmente, a instrumentos financeiros cuja intenção da Instituição é de detenção por um período superior a um ano. O impacto da valorização ao justo valor destes instrumentos encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Aumentos/(Reduções) de justo valor”. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica analisa-se como segue:

	2023	2022
Ações cotadas	7 849,20	5 245,01
Títulos de dívida publica	82,83	87,86
TOTAL	7 932,03	5 332,87

9.10 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



RELATÓRIO E CONTAS 2023

PARECER DO DEFINITÓRIO



PARECER DO DEFINITÓRIO

Nos termos dos estatutos da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, vimos apresentar o Parecer sobre o relatório e contas, referentes ao exercício de 2023, elaborados pela Mesa Administrativa.

O exercício de 2023, cifrou-se num resultado líquido negativo de 85.365,65 euros, para o qual contribuíram os valores mais significativos das seguintes rubricas:

Dos rendimentos:

Alojamentos Locais e Residência Universitária com 164.411,90 euros.

Dos gastos:

Fornecimentos e Serviços Externos com 67.234,41 euros.

Pessoal com 111.744,79 euros.

Gastos de Depreciação e Amortização com 73.182,04 euros.

O resultado antes dos gastos de depreciação, financiamento e impostos foi de -12.315,14 euros, melhor que no ano anterior que tinha atingido – 26.067,33 euros.

Tendo o Definitório feito as análises adequadas e obtido os esclarecimentos necessários, é de parecer que o relatório e contas apresentados pela Mesa Administrativa, relativos ao exercício de 2023, refletem adequada e apropriadamente, nos aspetos mais relevantes, a situação financeira da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, pelo que propõe à Assembleia Geral que sejam aprovados.

O Definitório expressa ainda o seu agradecimento à Mesa Administrativa e aos Serviços da Associação pela colaboração prestada.

Porto, 05 de Março de 2024

O Definitório,

Presidente Aniceto Vieira Martins

Vice-Presidente Eduardo Manuel da Cunha Pinto

Vogal Constança Mariana Delgado Baldaia